



# OS ADVOGADOS E A (DISTÂNCIA DA) SOCIEDADE CIVIL

**P**ode ser que este não seja o tipo de artigo de que se esteja à espera de ler num “Quem é quem dos advogados”. Talvez se preferisse que trouxesse uma visão do mercado da advocacia em Portugal, uma perspetiva da sua evolução nos próximos tempos ou uma análise sobre a dinâmica do recrutamento, as dúvidas constantes que assolam os mais novos e quais as melhores estratégias de atração e de retenção.

Lamento se desiluido alguns – espero que não muitos – mas não será sobre isso que me debruçarei nas próximas linhas. O momento que atravessamos neste planeta Terra mas, muito em particular, o momento que Portugal atravessa impõe, parece-me, que todos voltemos a assumir mais algum compromisso com a nossa condição de cidadãos. E, neste campo, julgo que aos Advogados pode (e deve?) caber um papel mais relevante.

Se olharmos para trás, quer no regime vivido entre 1933 e 1974, quer no regime democrático em que vivemos após este ano, aos Advogados sempre coube um espaço de intervenção cívica, evidente e natural.

Na realidade, os homens e as mulheres das leis sempre primaram por estar na linha da frente das grandes mudanças ocorridas no nosso País, independentemente da respetiva cor política ou da sua condição social, económica ou cultural.

Grandes nomes da advocacia nacional fizeram questão, numa e noutra época, de assumir a sua voz enquanto cidadãos e defender aquilo que, no seu entender, eram os interesses de Portugal. Alguns destes – dos mais respeitados e consensuais na opinião geral pela sua coragem e inequívoco legado, de pensamento e de ação –, já partiram, infelizmente.

É certo que há sempre espaço para crítica. É certo que, ao longo dos tempos se foi assistindo a situações que não se reputam de felizes e muito menos de corretas. Mas havia alma na luta pela defesa das opiniões, esgrimidas calorosa mas elevadamente, com base em valores fundamentais e, acima de tudo, havia algo que faz toda a diferença: um muito maior respeito pelas coisa e causa públicas.

A forma como se deteriorou a vida política em geral, diz muito da sociedade civil que hoje domina não só o nosso País, mas também muitos outros.

É também certo que a advocacia se tornou mais complexa, com maior exigência de dedicação e de compatibilização com diferentes áreas do saber. Mas não é menos verdade que, desde há algum tempo, os Advogados dispõem de condições de trabalho que outrora não existiam, as quais ajudam e muito na realização das diversas tarefas a que são chamados. Receio, porém, que aquelas possam ter contribuído, pelo conforto que trouxeram, para o esvaziar do ímpeto de participação cívica o que, a par com a forma como hoje se expõe, e se está sujeito a ver exposta, a vida reduz muito o leque dos bons Advogados – daqueles com mundo, saber e alma – que se disponibiliza para intervir de modo mais proativo.

Justiça deve ser feita àqueles que, embora poucos, não desistem dessa sua responsabilidade e continuam a combater a atrofia gerada pela ausência de dissonância no debate sério. Mas são precisos mais, muitos mais e é pena que os Advogados não queiram voltar a assumir esta lide. ●



Filipa Mendes Pinto,  
Sócia da FIND